

## Vibrações

Primeira reunião GTT - São Paulo, 23 e 24/04/2014.

23/04/2014:

Presentes: Governo: Romulo Machado e Silva (DSST), Irlon Angelo Cunha (FUNDACENTRO), Cibele Flores (SRTE/RS), Marcos Góis (SRTE/DF), Laudiemy Martins (DSST), Marcos Botelho (SRTE/MG); Trabalhadores: José Juscelino (NCST), Sergio Jr. (Assessoria UGT), Thiago Fraga (CGTB); Empregadores: José Luis (CNI-FIRJAN), Tiago Becker (NTU), Gisette Nogueira (CNA-UNICA), Moacir Cerigueli (CNI), Andre Dantas (CNT-NTU).

Romulo abriu a reunião explanando a respeito do sistema tripartite e do êxito na sua implementação. Falou sobre a prioridade de revisão dos anexos de ruído, calor e vibrações da NR-15, que foram demandadas pelas bancadas de governo, empregadores e trabalhadores, respectivamente. Explicou que nesse trabalho prioriza-se o consenso para a definição dos textos.

Ressaltou que a Portaria 1127/2003 define um prazo máximo de cento e vinte dias para a conclusão dos trabalhos do GTT, e que o governo tem a atribuição de arbitramento do texto caso não haja consenso. Contudo, explicou que nos últimos anos, essa prerrogativa foi utilizada em pouquíssimas ocasiões.

Romulo também apresentou o cenário de incertezas envolvido na aplicação do anexo de vibrações, o que faz com que seja urgente sua revisão. Frisou ainda que a revisão de toda a NR-15 está pautada num viés prevencionista, com o intuito de promover a adoção de medidas que visem a preservação da saúde dos trabalhadores e não apenas o pagamento do adicional de insalubridade.

Chamou atenção ainda para o artigo 190 da CLT, que trás a necessidade de regulamentação não apenas das condições insalubres, mas também das medidas de proteção correspondentes.

Juscelino demonstrou preocupação da bancada dos trabalhadores, que não está plenamente presente nesse encontro, a respeito da semelhança da proposta a ser analisada com o texto contido na NHO-09, sendo que a Nova Central Sindical protocolou documento na FUNDACENTRO e no DSST questionando os valores indicados, à época da publicação da NHO-09.

Romulo respondeu que a exposição de motivos e as apresentações realizadas durante a audiência pública ocorrida em janeiro/2014, esclarecem a adoção dos valores de exposição dispostos no texto técnico básico do anexo de vibrações que foi disponibilizado para consulta pública.

José Luis lembrou a respeito da necessidade de se observar a Portaria 186/2010 (Regimento das Comissões Nacional Tripartites Temáticas) pelo grupo. Destacou que durante as reuniões que se seguirem, a bancada poderá solicitar a rediscussão de itens que já tenham sido discutidos em reuniões anteriores, já que os representantes das bancadas têm a necessidade de levarem os temas aos demais membros de suas bancadas na CTPP para avaliação. Informou que não tem conhecimento de estudo técnico que identifique a existência de adoecimento relacionado à exposição a vibrações no Brasil. Disse ainda que acredita que o texto indica que a NR-15 está sendo transformada na NR-09.

Romulo explicou que a norma não esta sendo confundida com a NR-09, mas as dúvidas suscitadas são advindas do cenário existente atualmente, mas isso é uma

situação que pode ser modificada. Ressaltou sobre as demandas que o DSST recebe no sentido de se instituírem adicional de insalubridade para determinadas categorias ocupacionais, sendo que o departamento se posiciona sempre de modo a ressaltar o papel do empregador de manter condições de trabalho que não sejam consideradas insalubres. Falou ainda que as bancadas precisam se respeitar a despeito de desacordos em relação aos itens discutidos.

Gisette destacou a ausência de definição com relação à insalubridade. Romulo afirmou que a discussão da parte geral da NR-15 foi interrompida em vista da confusão gerada na sociedade, que não compreendeu a parte geral disponibilizada para consulta pública juntamente com os anexos atualmente vigentes.

José Luis diz que não concorda com a hipótese de se onerar o empregador sem que se tenha comprovação da correlação da doença com a exposição ao agente.

Juscelino elogiou a lembrança relacionada à Portaria 186/2010. Disse ainda que há estudos brasileiros que apontam a existência de danos à saúde dos trabalhadores, vinculados à exposição a vibrações.

Cibele solicitou que se apresentem os estudos relacionados para que as demais bancadas possam analisar.

Irlon afirmou que não se podem desprezar os estudos epidemiológicos realizados fora do Brasil. José Luís concordou.

Romulo ressaltou que o texto proposto é baseado em estudos técnicos e normas técnicas internacionais, sendo que os números propostos são justificados tecnicamente.

Cibele informou que teve acesso ao documento protocolado pelos trabalhadores no DSST, sendo que acredita que o pleito para adoção dos limites da ACGIH poderia não ser interessante por ser baseado em medição de apenas um eixo e não em três como disposto no texto técnico básico do anexo 8.

Irlon destacou que a fixação de um valor é complicada, mas que o grupo técnico se baseou em estudos científicos relacionados. Além disso, há várias demandas no sentido de se fixar limites maiores e menores, que passam por questões de interpretação das normas vigentes e que influenciam as decisões judiciais.

Romulo disse que seria importante que Irlon e Cibele explicassem os limites adotados para que os demais membros do grupo pudessem entender.

Cibele informou que a adoção de resultante dos eixos para adoção de limite de exposição se fez necessária porque a utilização de apenas um eixo não representa a energia a qual o trabalhador é exposto. Que o valor 1,1 não indica um corte de 0,05 do limite adotado na Diretiva Européia e que os limites da ISO antiga traziam valores que quando tratados do ponto de vista triaxial levam, aproximadamente, ao valor de 1,1 (0,45, 0,45 e 0,63). Irlon disse que a presença do VDV no texto é importante porque esse parâmetro passa a ser mais significativo dependendo da situação de trabalho, como em situações de pisos irregulares, onde o aren subestima a exposição dos trabalhadores. Disse também que os medidores de vibração já apresentam a hipótese de medição de VDV.

Tiago Becker questiona se o valor de comparação do VDV pode ser o mesmo para medição em um eixo e triaxial.

José Luis disse que a adoção de limite é complexa porque envolve questões pecuniárias.

Sergio sugeriu que se pense em solução diversa da disposta no texto técnico básico, a despeito da limitação constitucional relacionada ao adicional.

José Luis propôs que se exclua o anexo de vibrações da NR-15, que passaria a ser tratado na NR-09.

Juscelino informou que os tribunais tem entendido que a exposição a vibrações é considerada insalubre, de modo que não admite que se abdique da presença desse agente na NR-15. Disse ainda que se a proposta for de exclusão desse anexo da NR-15, informa que irá se retirar da discussão, não pretendendo fazer parte desse GTT.

Romulo informou que se não houver alguma sinalização da parte das duas bancadas (empregadores e trabalhadores) até amanhã, não há como as discussões do GTT seguirem. Acrescentou que já disponibilizou todas as sugestões advindas da consulta pública para todos os membros do GTT e que vai disponibilizar o arquivo já analisado pela bancada de governo, considerando as contribuições advindas da consulta pública.

Romulo disse que a redação do artigo 190 da CLT permite que a parte de prevenção seja tratada na NR-09 e que os limites sejam tratados na NR-15, mas isso não significa a exclusão do anexo de vibrações da NR-15. Romulo propôs que as bancadas se reunissem individualmente, o que imediatamente se seguiu.

José Luis, após reunião de bancada, informou que a ideia é que as discussões continuem. Juscelino disse que amanhã não haverá representante da bancada de trabalhadores na reunião do GTT, sendo que necessitaria de cerca de trinta dias para a próxima reunião.

Andre disse que a ausência da bancada dos trabalhadores não impede que a reunião ocorra amanhã.

José Luis disse que a proposta inicial da bancada dos empregadores seria que o anexo passasse inteiramente para a NR-09, mas diante da impossibilidade de se seguir com as discussões do GTT, concorda com a sugestão de que a parte de prevenção seja tratada na NR-09 e que a parte de limites e medição seja tratada na NR-15, mas que as discussões têm ainda muito a avançar.

Romulo disse que a divisão do texto entre as NR 09 e 15 não significa que a revisão não possa avançar.

24/042014:

Presentes: Governo: Rinaldo Marinho (DSST), Romulo Machado e Silva (DSST), Irlon Angelo Cunha (FUNDACENTRO), Cibele Flores (SRTE/RS), Marcos Góis (SRTE/DF), Laudiemy Martins (DSST), Marcos Botelho (SRTE/MG); Trabalhadores: José Juscelino (NCST), Sergio Jr. (Assessoria UGT), Ana Paula Lima (Força Sindical); Empregadores: José Luis (CNI-FIRJAN), Tiago Becker (NTU), Gisette Nogueira (CNA-UNICA), Moacir Cerigueli (CNI), Andre Dantas (CNT-NTU).

José Luis sugeriu que a próxima reunião ocorra antes de início de junho (data previamente agendada), para que os representantes tenham conteúdo para discutirem com seus representados.

Juscelino informou que para sua bancada o agendamento de reunião para maio é extremamente complicado.

José Luis informou que a dificuldade de marcar reunião em maio seria advinda de negociações coletivas da categoria de motoristas de ônibus, mas que acredita que a ausência desses representantes não impediria a ocorrência de reunião do GTT.

Romulo informou que a reunião esta previamente agendada, mas conforme os encaminhamentos da discussão, pode-se pensar em nova data.

Juscelino disse que não entende a urgência para que se conclua as discussões do GTT, uma vez que o anexo está desatualizado desde 1997, com a revisão da ISO.

Romulo disse que entende ser importante que as discussões sigam de maneira mais célere, tendo em vista a insegurança jurídica gerada pela situação em que se encontra o anexo atual.

Juscelino demonstrou preocupação com a definição de limite que não cause doenças aos trabalhadores.

Irlon informou que nenhum limite será completamente seguro, tendo em vista as suscetibilidades individuais.

José Luis propôs que a discussão se inicie pelos limites de exposição. Juscelino disse que não concorda que se inicie pelos limites, sugerindo que se comece pelos objetivos do anexo (início do texto).

Romulo sugeriu que a bancada de empregadores apresente a proposta para limite de exposição, vez que a bancada de trabalhadores já apresentou proposta, encaminhada ao MTE, anteriormente ao início da reunião do GTT. José Luis disse que não tem um valor para propor, vez que gostaria de entender como a bancada de governo vai tratar as incertezas envolvidas na definição dos limites, para que possa apresentar algum valor.

Decidiu-se seguir com as discussões a partir do início do texto, sinalizando-se as questões que poderiam ser tratadas na NR-09 e aquelas que permaneceriam na NR-15.

1.1: NR-09

1.1.1: NR-15 (apenas caracterização)

2: NR-09

2.1: NR-09

2.2: NR-09

2.2.1: NR-09

2.3: NR-09

2.4: NR-09

2.5 e 2.5.1: Jose Luís informou que poderia ser tratado na NR-12, ressaltando que é obrigação estabelecida para fabricante sobre medição para máquina, que não caberia ao MTE estabelecer e que não há explicação no texto sobre como efetivá-la. Irlon lembrou a questão de prazo para implementação, lembrando a determinação já existente na NR-12 sobre motosserras.

3.1: NR-09, melhorar redação da alínea "j".

Rinaldo sugeriu que o GTT proponha solução transitória para a aplicação do anexo 8 até que o texto final seja publicado. José Luis sugeriu a suspensão do anexo 8. Juscelino informou que a bancada de trabalhadores não concorda com a suspensão do anexo.

Juscelino propôs 0,63 (triaxial) como limite para exposição a VCI.

Rinaldo solicitou que as discussões sejam antecipadas, caso não haja a possibilidade de se definir regra transitória.

Nesse cenário, o GTT resolveu se reunir nos dias 14 e 15 de maio, São Paulo; 02 (14h às 18h), 03 (9h às 18h) e 04 (9h às 18h) de junho, em São Paulo, para discutir a proposta final de regulamentação, ou seja, anexo da NR9, mais definição dos limites na NR15.